

# DIÁRIO OFICIAL

## DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

D.O.M.; São Paulo, 35 (218), sexta-feira, 23 nov. 1990

O Executivo terá o prazo de 90 dias a contar da publicação da Lei para elaborar projeto de arborização da área, admitindo a participação de iniciativa privada na implementação e manutenção do Parque.

O art. 8º trata da criação do Conselho Comunitário do Parque Darcy Silva, a ser constituído pelas entidades elencadas neste dispositivo.

Devido ao exposto acima, somos favoráveis à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 14 de novembro de 1990.

José Ferreira do Nascimento - Presidente  
José G. Giaretti - Relator  
Irene Cardoso  
Andrade Figueira  
Lidia Corrêa

PARECER 979/90 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI 234/90

Vista o Presente Projeto de Lei 234/90, de 02/08/90, oriundo do Executivo, desincorporar da classe de bens de uso comum do povo, e transferir para a dos bens domésticos, área da propriedade municipal situada no 292 sub-districto-Santo Amaro, autorizar sua permuta por outra de propriedade particular e dar outras providências.

O objetivo da proposição é regularizar uma situação existente, que é a ocupação pela Paróquia de São Francisco de Assis do Vale Velho de um terreno da Prefeitura Municipal, por mais de trinta anos, correspondente a espaço-livre de lotação em Santo Amaro.

Para esta regularização a Mitra Arquidiocesana propôs permuta deste imóvel por outro de sua propriedade, localizado em Capela do Socorro, próximo ao terreno da Municipalidade. A Prefeitura é favorável à troca já que não haverá solução de continuidade nos trabalhos sociais que a Igreja vem desenvolvendo na região e também que não existirá para ela qualquer perda, quer pecuniária quer patrimonial.

O Departamento Patrimonial da Prefeitura avaliou ambas as áreas chegando a um determinado valor que deveria ser pago pela Mitra Arquidiocesana à própria Prefeitura.

Esta Comissão analisando os diversos aspectos da questão teve uma série de dúvidas quanto à avaliação das áreas. Para dirimir-as consultou o Executivo, apresentando diversos quesitos (fls. 41).

As respostas a estes quesitos formulados pela Comissão (Ofício ATL A34/90) não lograram estabelecer uma convicção de que a avaliação feita pelo Departamento Patrimonial da Prefeitura está precisa. Senão vejamos:

1 Foram consideradas como faixas depreciativas do terreno da Arquidiocese aquelas com largura de 2,50 m a partir dos eixos dos dois córregos e de ambos os lados. Porem as Normas Para Avaliações e Laudos em Desapropriações Nas Varas da Fazenda Municipal da Capital, norma esta aceita na Engenharia de Avaliações, diz em seu item 1 que a depreciação se fará "ao longo de uma faixa paralela aos mesmos com 5 m de largura a contar de cada margem". Assim a depreciação foi a menor.

2 Segundo a resposta ao quesito nº 3 os córregos alagam na parte mais próximas aos cursos d'água. Sendo assim o fator depreciativo de superfície para terreno alagadiço é de 30% (Terrenos-Subsídios à Técnica de Avaliação - Engº João Ruy Canteiro - Editora Piní) nas áreas que alagam, incluindo as faixas próximas do córrego onde foram consideradas apenas depreciação de 20%.

Além disto, em sua resposta a Prefeitura adverte que em vistoria recente as duas áreas percebeu-se que houve por parte da interessada uma ocupação maior que aquela que consta do Projeto de Lei, que corresponde à construção de uma nova igreja.

Esta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente é favorável à proposição quanto ao seu mérito, porém, em vista do apresentado, vincula a sua aprovação em plenário a uma retificação pelo Executivo dos elementos apresentado no Projeto de Lei, tanto no que se refere à delimitação e valor da área permutada da Rua Luar do Sertão quanto à avaliação feita para se estabelecer o valor de torno da Mitra Arquidiocesana.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 14 de novembro de 1990

José Ferreira do Nascimento - Presidente  
Lidia Corrêa - Relator  
Irene Cardoso  
Andrade Figueira  
José G. Giaretti

PARECER 980/90 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 311/90

De autoria do Nobre Vereador Italo Cardoso, o projeto em questão objetiva denominar Praça Benigno Inácio a atual praça sem denominação, localizada entre as Ruas João de Paula Franco e Cláudio José Branco na Vila Califórnia-Valeiros.

Quanto ao mérito nada temos a opor pois a matéria visa homenagear a um antigo morador do bairro, batalhador incansável na solução dos problemas da região.

Favorável, portanto, é o nosso parecer.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 21 de novembro de 1990

Presidente - AURELINO SOARES DE ANDRADE  
Relator - EDER JOFRE  
MAURICIO FARIA  
BIRD-BIRD  
NELSON GUERRA JR

PARECER 981/90 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI 312/90

O presente projeto de lei de autoria do Nobre Vereador Italo Cardoso, visa denominar Praça Aurélio Silva a atual praça inominada, localizada entre as Ruas João de Paula Franco e Angelo Giannini na Vila Califórnia - Valeiros.

Quanto ao mérito nada temos a opor pois a matéria visa homenagear a um antigo morador do bairro, batalhador incansável na solução dos problemas da região.

Favorável, portanto, é o nosso parecer.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 21 de novembro de 1990

Presidente - AURELINO SOARES DE ANDRADE  
Relator - NELSON GUERRA JR  
EDER JOFRE  
MAURICIO FARIA  
BIRD-BIRD

PARECER 982/90 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO 14/90

De iniciativa do Nobre Vereador Walter Abrahão, a presente proposição visa instituir nos escolas municipais da Capital um concurso de redação sobre o tema "o que é ser Vereador em São Paulo".

Quanto ao mérito nada temos a opor, entretanto objetivando cumprir as ditames do artigo 245 do Regimento Interno da Câmara Municipal apresentamos o seguinte substitutivo:

PROJETO DE RESOLUÇÃO 14/90

Instituir na Câmara Municipal de São Paulo o concurso anual de redação sobre o tema "O QUE É SER VEREADOR EM SÃO PAULO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO resolve:

Art. 1º - Os incisos I e II, do art. 1º da Resolução 08/90, de 19 de outubro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I" - a partir de 01 de dezembro de 1990, até 21 de outubro de 1990, conforme os critérios e percentuais previstos no Ata da Mesa da Câmara 261, de 23 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo Ata 270, de 18 de janeiro de 1991, da Mesa da Câmara.

"II" - a partir de 01 de novembro de 1990, de acordo com os grupos e percentuais estabelecidos no Anexo Único que integra a presente, até a implantação da Reforma Administrativa, a qual deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Resolução".

Art. 2º - O art. 2º, os incisos I e II e o § 1º do art. 21 da Resolução 08/90, de 19 de outubro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Arts. competentes das manga e demissão, de Materialista Oficial, o beneficiário, remunerado e remunerado, é sujeito a penalidade de suspensão administrativa;

"I" - a partir de 01 de dezembro de 1990, até 21 de outubro de 1990 conforme os critérios e percentuais previstos no Ata da Mesa da Câmara 261, de 23 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo Ata 270, de 18 de janeiro de 1991;

"II" - a partir de 01 de novembro de 1990, restará de 30 (trinta) o valor da respectiva remuneração, ou seja, a aplicação da penalidade administrativa, a qual deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação da Ata 270, de 18 de janeiro de 1991;

§ 1º - Independe da natureza do cargo, o vereador, em serviço remunerado no seu "magistério" e em prestações de serviços, seja constituída Gratificação de Atividade Legislativa de 30% do valor da referência (A-1).

§ 2º - Isso quer dizer, caso maior, o percentual de 30% da remuneração do "magistério", a Gratificação de Atividade Legislativa atribuída a termos da participação anterior

Parágrafo único - Poderão participar do concurso estudantes do 1º e 2º graus residentes em São Paulo

Art. 2º - As inscrições terão início anualmente, no primeiro dia útil do mês de maio e término no último dia útil do mês

§ 1º - No ato da inscrição o candidato receberá o manual de instruções referente ao concurso.

§ 2º - Os trabalhos inscritos terão o limite máximo de 10 (dez) linhas ou 4 (quatro) páginas.

Art. 3º - A Comissão Julgadora será escolhida e convidada pela Câmara Municipal de São Paulo, devendo ser composta por 1 (um) educador, 1 (um) professor de Português e 1 (um) vereador de cada partido com assento à Câmara Municipal de São Paulo.

Art. 4º - Haverá 2 (dois) trabalhos vencedores para estudantes do 1º grau e 2 (dois) trabalhos vencedores para estudantes do 2º grau, obedecendo a seguinte premiação:

1º prêmio - Diploma de Vereador Mirim

2º prêmio - Medalha de Honra ao Mérito

Art. 5º - A avaliação dos trabalhos apresentados será feita, anualmente, no decorrer do mês de junho e consequente publicação dos resultados no D.O. do Município e divulgação nos demais órgãos da imprensa da integra dos trabalhos vencedores e nome dos autores.

Art. 6º - A premiação dos vencedores, ocorrerá na primeira semana de julho, no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo, com a presença da Egrégia Mesa e Vereadores com a entrega solene dos diplomas de Vereador Mirim e Medalha de honra ao Mérito.

Art. 7º - A Resolução regulamentará a presente Resolução mediante Ato, 10 (dez) dias após sua aprovação.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações próprias, complementadas, se necessário.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 7 de novembro de 1990

Presidente - AURELINO SOARES DE ANDRADE  
Relator - BIRD-BIRD  
EDER JOFRE  
MAURICIO FARIA  
NELSON GUERRA JR

PARECER Nº 983 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 359/90

A presente proposição, de autoria da Excepcionável Prefeita Municipal, autoriza o Executivo a alterar a denominação da Praça da Atriz - código cadastro 41 653-0, que consta na Praça Lourenço Caqui e termina na Rua General José de Almeida Britto (sector 71 - quadras 371 e 387), situando-se entre a Rua Isolina e a divisão de arremate, trecho da Rua Adalberto de Queiroz Telles - código cadastro 41 198-0, que consta na Rua John Nicolas White e termina na Rua Lourenço Caqui (sector 071 - quadras 107, 314, 496 e 499), situando-se entre a Travessa Flávio Marques e a via sem denominação e trecho da Rua Lourenço Caqui - código cadastro 40 074-0, que consta na Rua Atriz e termina na Rua Adalberto de Queiroz Telles (sector 071 - quadras 483 e 489), situando-se entre a Rua Isolina e Travessa Flávio Marques, no 8º subdistrito - Santana.

Tratase de via pública que constitui prolongamento natural da Rua da Atriz e da Rua Patagi, sendo pleiteado, por essa razão, que lhe fosse uma única denominação de "Rua Patagi".

Favorável, portanto, é o nosso parecer.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 22 de novembro de 1990

Presidente - Aurelino Soares de Andrade  
Relator - Mauricio Faria  
Eder Jofre  
Bird - Bird  
Nelson Guerra Jr

PARECER Nº 984/90 DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 367/90

Vista o presente Projeto de Lei nº 367/90, de autoria do Nobre Vereador

Vital Holanda, denominar "Praça Criança Feliz", a atual praça sem denominação, localizada entre as Ruas Bonifácio de Moraes Ferrat e Adilson Brito, no Jardim Klein.

Quanto ao mérito nada temos a opor pois a matéria

visa homenagear a um antigo morador do bairro, batalhador incansável na solução dos problemas da região.

Favorável, portanto, é o nosso parecer.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 21 de novembro de 1990

Presidente - AURELINO SOARES DE ANDRADE  
Relator - EDER JOFRE  
MAURICIO FARIA  
BIRD-BIRD  
NELSON GUERRA JR

PARECER 981/90 DA COMISSÃO DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI 312/90

O presente projeto de lei de autoria do Nobre Vereador Italo Cardoso, visa denominar Praça Aurélio Silva a atual praça inominada, localizada entre as Ruas João de Paula Franco e Angelo Giannini na Vila Califórnia - Valeiros.

Quanto ao mérito nada temos a opor pois a matéria

visa homenagear a um antigo morador do bairro, batalhador incansável na solução dos problemas da região.

Favorável, portanto, é o nosso parecer.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em 21 de novembro de 1990

Presidente - AURELINO SOARES DE ANDRADE  
Relator - NELSON GUERRA JR  
EDER JOFRE  
MAURICIO FARIA  
BIRD-BIRD

PARECER 982/90 DA COMISSÃO DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO 14/90

De iniciativa do Nobre Vereador Walter Abrahão, a presente proposição visa instituir nos escolas municipais da Capital um concurso de redação sobre o tema "o que é ser Vereador em São Paulo".

Quantas ao mérito nada temos a opor, entretanto objetivando cumprir as ditames do artigo 245 do Regimento Interno da Câmara Municipal apresentamos o seguinte substitutivo:

PROJETO DE RESOLUÇÃO 14/90

Instituir na Câmara Municipal de São Paulo o concurso anual de redação sobre o tema "O QUE É SER VEREADOR EM SÃO PAULO".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO resolve:

Art. 1º - Os incisos I e II, do art. 1º da Resolução

08/90 - Poderão participar do concurso estudantes do 1º e 2º graus residentes em São Paulo

Art. 2º - O período de inscrição terá inicio quando a reunião de 1º de outubro de 1990, passar a vigorar o novo regime de eleição, em 1º de outubro de 1990, passar a vigorar o novo regime de eleição.

Art. 3º - Fica reservado os efeitos provisórios até 31 de outubro de 1990, pelo art. 1º da Resolução nº 08/90, de 1º de outubro de 1990, passar a vigorar o novo regime de eleição.

Art. 4º - Os parágrafos 1º e 2º do art. 1º da Resolução

nº 08/90, de 1º de outubro de 1990, passam a vigorar a seguir:

1º 1º - É vedada a alocação, a qualquer título, dos benef